



O *EU* PRESSUPOSTO *ETHOS* E PRESSUPOSIÇÃO COMO COABITANTES DA SUBJETIVIDADE ENUNCIATIVA¹

THE PRESUPPOSED *SELF*
ETHOS AND PRESUPPOSITION AS COHABITANTS OF
ENUNCIATIVE SUBJECTIVITY

José Orlando Cardoso do Monte Júnior²
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Resumo: Neste artigo, pretendemos discutir um tipo particular de implícito, a pressuposição, no que toca à sua participação na constituição do *ethos* discursivo. A análise, de orientação semântico-pragmática, concentra-se em resenhas críticas escritas pela jornalista e crítica de cinema Isabela Boscov para a revista *Veja* e investiga a hipótese de que a exploração de pressupostos no trabalho de organização dos enunciados estaria relacionada ao nível subjetivo daquilo que se enuncia e que, portanto, participaria da constituição do *ethos* do enunciador. Nossa referência principal para a abordagem do *ethos* discursivo são os trabalhos do linguista Dominique Maingueneau, que elabora uma atualização do conceito a partir do trajeto teórico-metodológico percorrido pela Análise do Discurso de linha francesa (AD) em contato com ideias que remontam aos escritos de Aristóteles sobre retórica e passam pelos contatos da AD com a Pragmática, no século XX.

Palavras-Chave: Pressuposição; *Ethos* discursivo; Análise do discurso.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

² orlandojrjose@gmail.com

Abstract: *In this article, we intend to discuss a particular type of implicit, the presupposition, with regard to its participation in the constitution of the discursive ethos. The semantic-pragmatic analysis focuses on critical reviews written by journalist and movie critic Isabela Boscov to *Veja* magazine and investigates the hypothesis that the exploitation of presuppositions in the organization of the statements would relate to the subjective level of what is enunciated and therefore it would take part in the constitution of the ethos of the enunciator. Our main reference for the approach of the discursive ethos is the work of linguist Dominique Maingueneau, which produces an update from the theoretical and methodological route taken by French Discourse Analysis (FDA) in touch with ideas dating back to the writings of Aristotle on rhetoric and pass through the contacts of FDA with Pragmatics, in the twentieth century.*

Key-Words: *Presupposition; Discursive ethos; Discourse analysis.*

BREVES CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pretendemos, aqui, lançar mão, basicamente, de dois referenciais teóricos: de um lado, as ideias a respeito da presuposição, tal como são apresentadas em Saeed (1997) e em Fiorin (2011), e também como são vistas pela perspectiva semântico-pragmática de Ducrot (1987); de outro lado, o conceito de *ethos* discursivo elaborado em Maingueneau (2011), em que se propõe uma reconfiguração da definição clássica, presente na *Retórica* de Aristóteles, convertendo-a em uma imagem discursiva que está atrelada aos conteúdos que se pretendem incontestáveis pelo produtor de um enunciado. É o caso, como pretendemos demonstrar, dos pressupostos.

1 PRESSUPOSTO SEMÂNTICO, PRESSUPOSTO PRAGMÁTICO

O fenômeno da presuposição costuma ser classificado pela Semântica, ao lado do subentendido, como um tipo de implícito linguístico. Conforme esta ou aquela perspectiva teórica, a presuposição é manuseada ou como uma informação não explícita que pode ser recuperada com base no comportamento previsível de determinados elementos linguísticos ou como um recurso inerente ao tecido discursivo entremeado na/pela enunciação.

A Semântica Formal costuma manter a discussão dos implícitos no nível gramatical da sentença, apontando verbos, sintagmas, estruturas sintáticas, entre outros dispositivos da língua, capazes de apontar para um conteúdo pressuposto que é considerado como tal pelas características atribuídas a esses dispositivos por princípio. Nesse sentido, uma sentença como *Pedro parou de fumar* traria em sua estrutura interna a informação posta de que *Pedro não fuma*

atualmente e a informação pressuposta de que *Pedro fumava anteriormente* (DUCROT, 1987, p. 31). O caminho de acesso à pressuposição, nessa perspectiva formalista, seria a observação da operação temporal denotada pelo verbo *parar*, que designa uma mudança de estado responsável pela ativação de um conteúdo pressuposto ligado ao estado anterior à mudança. Assim, a pressuposição estaria embasada em uma relação lógica de verdade entre sentenças que pode ou não validar sua existência (SAEED, 1997, p. 102).

Os seguintes passos são apontados como teste para averiguar a existência de uma pressuposição (SAEED, 1997, p. 102):

- 1) Se *Pedro parou de fumar* é verdadeira, então *Pedro fumava anteriormente* é verdadeira;
- 2) Se *Pedro parou de fumar* é falsa, então *Pedro fumava anteriormente* é ainda verdadeira;
- 3) Se *Pedro fumava anteriormente* é verdadeira, então pode ou não ser verdade que *Pedro parou de fumar*.

Assim, percebe-se que, mesmo apontando a falsidade da informação posta pela sentença (a de que Pedro deixou de ser um fumante), o pressuposto conserva sua validade, pois não é atingido, por assim dizer, pela negação do conteúdo explícito (*Pedro não parou de fumar*).

A pressuposição tampouco seria anulada por uma interrogação a respeito da sentença, como se pode demonstrar com a explicitação da família da mesma, “ou seja, a negação (sempre da oração principal), a condicional, a interrogativa e inclusive a própria afirmativa” (CANÇADO, 2005, p. 32). Vejamos o caso da sentença em questão, *João parou de fumar*:

- 1) João parou de fumar.
- 2) João não parou de fumar.
- 3) João parou de fumar?
- 4) Se João parou de fumar, ...

Tanto em caso de negação quanto em caso de interrogação sobre a sentença *João parou de fumar* a pressuposição – *João fumava anteriormente* – continua sendo verdadeira e, mais importante, inacessível a possíveis investidas do coenunciador no sentido de desconstruir a informação (e o percurso argumentativo) que o conteúdo pressuposto embasa e corrobora.

Outra abordagem do fenômeno da pressuposição, de orientação pragmática, localiza o sentido da pressuposição não na sentença, mas no enunciado resultante de sua realização concreta, e, portanto, leva em conta a situação de comunicação que põe em jogo as intenções do falante e o conhecimento compartilhado pelos partícipes da enunciação.

Um exemplo: se alguém enuncia *Fui à Alemanha com Pedro*, dois pressupostos podem ocorrer com base nas expectativas que o enunciador tenha sobre o que o enunciatário sabe ou não: a intenção pode ser informá-lo da viagem à Alemanha ou do fato de que a viagem foi feita na companhia de Pedro. No primeiro caso, por exemplo, a ida de Pedro como acompanhante é considerada uma informação pressuposta, já que é compartilhada pelos coenunciadores (DUCROT, 1987, p. 38).

Na presente proposta de trabalho, optamos por abordar a pressuposição a partir de uma corrente que integra a Semântica e a Pragmática. De acordo com esse aporte teórico-metodológico, as duas disciplinas não estão radicalmente separadas porque “os aspectos pragmáticos estão codificados na língua, que contém todas as instruções para os usos possíveis” (FIORIN, 2011, p. 170). Apoiados nesse paradigma, trataremos de como os pressupostos podem abrigar informações que vão além da veiculação de informações implícitas. Pretendemos demonstrar como a subjetividade ligada à imagem discursiva do enunciador, o *ethos*, pode ter nas informações pressupostas sua localização na cadeia discursiva.

Para proceder com esse expediente, traçaremos ainda outro diálogo, este entre as teorias pragmáticas e suas repercussões nos estudos do linguista francês Dominique Maingueneau sobre o *ethos* discursivo. O linguista francês recupera as ideias pragmáticas a partir dos diálogos entre a Análise do Discurso e os estudos sobre a enunciação ocorridos desde que essas duas áreas de investigação da linguagem passaram a compartilhar interesses e, na esteira deles, forjar pontos de intersecção, o que tem ocorrido desde, pelo menos, a década de 1970. Vejamos: Dominique Maingueneau explica que o *ethos* encerra uma *maneira de dizer*, um conjunto de traços da materialidade linguística de um conjunto de enunciados que seriam indícios da *maneira de ser* atribuível ao enunciador (MAINGUENEAU, 2011). Assim, ao participar de uma interação discursiva, “o coenunciador faz mais que decifrar conteúdos” (MAINGUENEAU, 2011, p. 29), porque “apanhado num *ethos* envolvente e invisível, ele participa do mundo configurado pela enunciação, ele cede a uma

identidade de algum modo encarnada, permitindo ele próprio que um fiador encarne” (MAINGUENEAU, 2011, p. 29).

O supracitado *fiador*, ainda de acordo com Dominique Maingueneau, atuaria como entidade subjetiva e intradiscursiva. Apoiada no trabalho com a língua, aquela entidade agrega credibilidade à enunciação, reivindicando a validade das ideias com que o enunciador fomenta o estabelecimento de um universo ético particular, servindo, assim, como recurso retórico. Essa noção, pensamos, guarda alguma semelhança com aquilo que se diz a respeito do caráter argumentativo dos implícitos:

Com efeito, introduzir no discurso um dado conteúdo sob a forma de pressuposto implica tornar o interlocutor cúmplice de um dado ponto de vista, pois ele não é posto em discussão, é apresentado como algo aceito (FIORIN, 2008, p. 182).

Ora, uma perspectiva semântico-pragmática da pressuposição aponta em direção análoga: percebe-se a pressuposição como um ato ilocutório, que, por sê-lo, permite ao enunciador “apresentar sua enunciação como eficaz” (DUCROT, 1987, p. 36). Nesse sentido, o fato mesmo de uma sentença ser enunciada recobre-a de validade devido ao modo como ela (re)organiza o sistema linguístico em favor do melhor efeito de sentido possível.

2 PRESSUPOSIÇÃO: UM POSSÍVEL LUGAR PARA O *ETHOS*

Tentaremos demonstrar essa ideia por meio da análise do artigo intitulado *A leoa no inverno*, uma resenha crítica do filme *A Dama de Ferro* (*The Iron Lady*, 2011), escrita por Isabela Boscov para a revista *Veja*. A seguir, o trecho que serve de cabeça para o artigo:

(1) Meryl Streep é um assombro no papel de Margaret Thatcher, a primeira-ministra *que era exatamente aquilo de que os britânicos precisavam* (*Veja*, 22 fev. 2012, p. 95, grifo nosso).

A oração adjetiva restritiva “que era exatamente aquilo de que os britânicos precisavam” integra o aposto que pretende explicar quem foi Margaret Thatcher. Entretanto, para além de informar que ela foi “primeira-ministra”, o aposto faz uma consideração bastante contundente a respeito da entidade que quer caracterizar, o que é feito na esteira da veiculação de um

pressuposto: o de que Thatcher “era exatamente aquilo de que os britânicos precisavam”. Era? A respeito de suas implicações para a subjetividade discursiva e, na esteira disso, para a constituição do *ethos*, é possível afirmar que

as orações relativas [...] produzem um *efeito de sustentação*, pois promovem a “evocação lateral daquilo que se sabe a partir de outro lugar e que serve para pensar o objeto da proposição base” (PÊCHEUX; FUCHS, 1990). Assim, o sujeito enunciador impregna seu discurso de um tom de certeza, que torna suas opiniões incontestáveis. Na esteira da afirmação de Pêcheux & Fuchs, é como se a autora estivesse informando o leitor de um dado externo ao texto, quando, na verdade, está expondo sua opinião particular (MONTE JR., 2014, p. 70).

Esse, parece-nos, é um interessante uso retórico das orações relativas, especialmente como recurso de alocação da pressuposição, que, no interior de um aposto como o construído por Isabela Boscov no texto de *Veja*,

aprisiona o leitor ou o ouvinte numa lógica criada pelo produtor do texto, porque, enquanto o posto é proposto como verdadeiro, o pressuposto é, de certa forma, imposto como verdadeiro. Ele é apresentado como algo evidente, indiscutível (FIORIN, 2008, p. 182).

Tratando da faceta intrinsecamente ideológica das formações discursivas (FD), BRANDÃO (2004) introduz o conceito de *pré-construído*, cujo funcionamento parece abranger o tipo de estratégia presente no uso da oração no excerto em (1), acima. A autora explica que o pré-construído

constitui, segundo Pêcheux (1975), um dos pontos fundamentais da articulação da teoria dos discursos com a linguística. Introduzido por Henry (1975), o termo designa aquilo que remete a uma construção anterior, independente, por oposição ao que é “construído” pelo enunciado. É o elemento que irrompe na superfície discursiva como se estivesse já aí (BRANDÃO, 2004, p. 48).

Que Margaret Thatcher “era exatamente aquilo de que os britânicos precisavam”, longe de ser um fato, uma “construção anterior” (BRANDÃO, 2004, p. 48) à enunciação de Boscov, tem sua origem nas opiniões pessoais na jornalista da revista *Veja*, mas é introduzida como uma informação dada, um pré-construído, enfim.

Brandão prossegue:

O pré-construído remete assim às evidências através das quais o sujeito dá a conhecer os objetos de seu discurso: “o que cada um sabe” e simultaneamente “o que cada um pode ser” em uma situação dada. Isso equivale a dizer que se constitui, no seio de uma FD, um Sujeito Universal que garante “o que cada um conhece, pode ver ou compreender” e que determina também “o que pode ser dito” (Courtine, 1981). Nesse sentido, o pré-construído corresponde ao “*toujours déjà-là*” da interpelação ideológica que não só fornece mas impõe à “realidade” (“o mundo das coisas”) o seu “sentido” sob a forma da universalidade. Assim, o pré-construído, entendido como “objeto ideológico, representação, realidade” *é assimilado pelo enunciador no processo do seu assujeitamento ideológico quando se realiza a sua identificação, enquanto sujeito enunciador, com o Sujeito Universal da FD* (BRANDÃO, 2004, p. 49, grifo nosso).

Essa assimilação de que fala Brandão (2004), destaque em itálico na citação acima, parece-nos estar bastante próxima daquilo que o *ethos* discursivo promove em termos de “incorporação” (MAINGUENEAU, 2008) da ideologia do sujeito enunciador por seu destinatário – representada, no caso da resenha de Isabela Boscov pelo pressuposto a respeito de Margaret Thatcher. A inserção da oração adjetiva restritiva “que era exatamente aquilo de que os britânicos precisavam” camufla, por assim dizer, a presença de uma voz particular, opinativa, que, por razões que têm muito a ver com o expediente argumentativo do texto, insinua-se de modo indireto em direção ao coenunciador, envolvendo-o no universo de ideias encerrado pela subjetividade enunciativa. Segundo Brandão (2004),

a subjetividade é inerente a toda linguagem e sua constituição se dá mesmo quando não se enuncia o *eu*. Os discursos que utilizam de formas indeterminadas, impessoais como o discurso científico, por exemplo, [...] mostram uma enunciação que mascara sempre um sujeito. Isto é, nesses tipos de enunciação, o sujeito enuncia de outro lugar, postando-se numa outra perspectiva, seja a da impessoalidade em busca de uma objetivação dos fatos ou de *um apagamento da responsabilidade pela enunciação* [...]. *Essa estratégia de mascaramento é também uma forma outra de constituição da subjetividade* (BRANDÃO, 2004, p. 57-58, grifos nossos).

As orações relativas não são, no entanto, os únicos recursos recorrentes para a veiculação de conteúdos pressupostos do fiador dos textos de Boscov em sua tarefa de incorporar o leitor ao seu mundo ético, à subjetividade, ou ao *ethos* que permeia seus enunciados. Vejamos outros trechos da resenha que exemplificam isso:

(2) Embora o currículo da diretora de teatro Phyllida Lloyd seja muito premiado, não há nada nele, à parte uma linda amizade com Meryl Streep (a quem dirigiu em *Mamma Mia!*), que a credencie como a pessoa ideal para contar no cinema a história da primeira-ministra Margaret Thatcher. E não há *nenhuma razão obrigatória* para que essa história seja lembrada, aos trechos, por uma Thatcher já idosa, frágil, acometida pela demência senil. *Aliás, há razões; só não são as melhores* (*Veja*, 22 fev. 2012, p. 95, grifos nossos).

Em (2), acima, o enunciador defende a inexistência de razões *obrigatórias* para o que julga ser um demérito do filme. O uso desse adjetivo, e também de *nenhuma*, pressupõe o que é explicitado logo depois: há outras razões, não obrigatórias – e que “não são as melhores”. Nesse caso, o pressuposto apontado parece tornar algo redundante a explicitação com que o enunciador fecha seu raciocínio. No entanto, essa espécie de retificação (“Aliás...”) foi julgada importante para garantir que o coenunciador não corresse o risco de prosseguir na leitura sem ter se ajustado à trajetória argumentativa que a sequência da resenha percorre:

(3) Thatcher não foi *meramente* uma durona; desafiou uma crença profunda num certo modelo britânico de governo (*Veja*, 22 fev. 2012, p. 96, grifo nosso).

(4) Thatcher não resistiu *apenas* porque tinha a convicção de que estava certa: esse ambiente de altíssima temperatura, em que a maioria dos políticos murcha como flores de vaso, era o clima em que ela vicejava (*Veja*, 22 fev. 2012, p. 96, grifo nosso).

Além dos adjetivos, outras palavras, como os advérbios, frequentemente funcionam como marcadores linguísticos da pressuposição (FIORIN, 2011, p. 183). Um exemplo disso é a presença dos advérbios *meramente* e *apenas* em (3) e (4), acima, que parece apontar para uma tentativa do enunciador de justificar as características (“uma durona”) e ações (“resistiu”) de Margaret Thatcher, no sentido de reafirmar suas convicções. A autora nega o valor restritivo desses advérbios: “não foi *meramente*...”; “não resistiu *apenas* porque...”. Há, aqui, a pressuposição de que (i) Thatcher era, sim, “uma durona”, mas isso não teria o sentido negativo que essa qualificação pode atribuir a uma figura feminina (ou seja, Thatcher era “uma durona” – e isso é bom, no sentido de que essa característica a levava a resistir a pensamentos hegemônicos contrários às suas próprias crenças), e de que (ii) Thatcher tinha mesmo a convicção de que estava

certa, mas isso não denotaria simplesmente, ou *apenas*, a intolerância ou intransigência que foi historicamente atribuída à ex-primeira-ministra britânica: sua convicção é, também, apontada como uma de suas qualidades. “Não resistiu *apenas* porque tinha a convicção de que estava certa” deixa pressuposto que Thatcher manteve-se por tanto tempo no governo devido a outras razões; ela resistiu porque, além de ser convicta de suas opiniões, tinha a capacidade de resistir às pressões, ao contrário da maioria dos políticos.

Pensamos ser este um traço determinante do *ethos* subjacente à resenha: a aproximação da imagem do enunciador a personalidades de conotação feminina. A imagem com a qual esse sujeito enunciador delineia uma espécie de identificação é a da mulher forte, cheia de personalidade, capaz de superar as idiossincrasias de sua “condição feminina”.

Passemos, agora, a considerar outro texto de Isabela Boscov, este de caráter oral. Trata-se da transcrição de um *videocast*³, publicado em seu *blog* no sítio eletrônico da revista *Veja*, sobre o filme *Branca de Neve e o Caçador* (*Snow White and the Huntsman*, 2012). Transcrevemos, a seguir, o trecho inicial da fala de Boscov:

(5) Eu tinha grandes expectativas em relação a *Branca de Neve e o Caçador*. Primeiro, porque, embora os contos de fadas sejam quase sempre tratados de maneira rósea e infantil, eles são quase todos, no fundo, histórias terríveis, e, entre as histórias terríveis, uma das mais terríveis é justamente a da Branca de Neve. O que a gente tem aqui é uma menina cujo pai é assassinado por uma mulher má que não quer concorrência pra ela. Essa menina é envenenada por essa mulher, jogada no mundo, no qual ela não pode se defender, não sabe como sobreviver. Enfim, é terror. E tudo que eu tinha visto sobre a produção até aqui dava a entender que essa seria realmente uma versão gótica, de terror de Branca de Neve. *Mas* a expectativa é a mãe da decepção (*Veja.com*, 31 mai. 2012, s/p, grifo nosso).

O excerto em (5) demonstra como também certas conjunções podem trabalhar para a inserção de pressuposições que passam a residir no texto justamente a partir da marcação operada por palavras dessa natureza. A conjunção adversativa *mas* “liga dois segmentos de valor contrário entre si”, o que, em alguns casos, “significa que o *mas* cria um implícito” (FIORIN, 2011, p. 184). “Eu tinha grandes expectativas em relação a *Branca de Neve e o Caçador*”, sentença que inicia o exemplo supracitado, opõe-se à sentença final, “Mas a

³ Para a íntegra do vídeo, acessar: <http://veja.abril.com.br/multimedia/video/critica-branca-de-neve-e-o-cacador/>.

expectativa é a mãe da decepção”, de forma que a presença do *mas* estabelece um implícito: apesar das grandes expectativas em relação ao filme, que Boscov explicita e justifica ao longo de sua exposição, *Branca de Neve e o Caçador* acabou resultando em decepção.

Em outro trecho da mesma resenha, é possível identificar uma estratégia argumentativa recorrente em falas de Isabela Boscov: o recurso ao uso de verbos que “revelam um ponto de vista a respeito do que é expresso por seu complemento” (FIORIN, 2011, p. 184). Vejamos:

(6) Por fim, o diretor do filme, que veio dos comerciais, é um inglês dos seus trinta anos, tá estreando aqui em longa-metragem, o sujeito se chama Rupert Sanders, parece que *quer* fazer você acreditar que aquele é um filme de terror, uma fantasia medieval e gótica, mas, na verdade, ele tá só vendendo aqui a embalagem do terror; o produto, porém, é terror pra só assustar criancinha, um pouco mais crescido já não cai (*Veja.com*, 31 mai. 2012, s/p, grifo nosso).

O uso do verbo *querer* pressupõe que “o falante não aceita como verdade o que alguém apresenta como tal” (FIORIN, 2011, p. 183), o que, no excerto acima, é acentuado pelo sintagma que comporta o verbo, “parece que quer fazer você acreditar”, em que a credibilidade do sujeito a que se refere o enunciador é implicitamente contestada ao mesmo tempo em que fica pressuposta a intenção do mesmo em travestir de verdade algo que é falso.

Outros verbos parecem desempenhar função similar em outras falas de Boscov. A seguir, transcrevemos trechos da apreciação crítica da jornalista em *videocast*⁴ sobre o filme *Austrália* (*Australia*, 2008):

(7) Bom, se um sujeito vai fazer um filme chamar *Austrália*... haja topete, né? Quer dizer, ele **acha** que ele vai resumir tudo que o país é num filme só, então, pelo menos, ele teria que ter um mínimo de estofo, um mínimo de cultura pra saber o que ele vai contar sobre esse país, mas *Austrália* são quase três horas de um clichê enfiado no outro, interpretações exageradas, completamente fora de registro... aliás, não sou só eu que tô dizendo: a Nicole Kidman se achou péssima no filme e saiu da Austrália pra não ter que enfrentar a crítica no fim de semana de estreia, pouco tempo atrás [...] Um filme sem ritmo, um filme que se **pretende** um épico romântico, o ...*E o Vento* Levou australiano, e que não provoca a menor emoção. É uma pena. [...] Dava pra fazer com charme? Dava. Essa história já foi contada mil vezes e, feita por gente que sabe o que tá fazendo, ela ainda é capaz de

⁴ Para assistir na íntegra do vídeo, acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=ihSDGW4k3Gc>.

encantar. Não é o caso do Baz Luhrmann [diretor do filme], que **acha** que tá fazendo um *vaudeville* épico (*Veja.com*, 21 jan. 2009, s/p, negritos nossos).

Os verbos *achar* e *pretender* em (7) pressupõem, assim como *querer* em (6), a descrença do falante nas informações veiculadas pelas expressões que lhes servem de complementos. Baz Luhrmann, o diretor de Austrália, não tem sucesso em sua tentativa de condensar o país em seu filme, nem consegue fazer do longa-metragem um épico romântico que se compare a ...*E o Vento Levou* ou que possa ser considerado um tipo de “*vaudeville* épico”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das análises produzidas pudemos verificar que a hipótese inicial, de que os pressupostos guardam algum parentesco com o *ethos* discursivo, tal como o conceito é (re)trabalhado por Dominique Maingueneau, parece oferecer um terreno fértil para um diálogo entre o tratamento dado pela Semântica aos implícitos e os estudos sobre a subjetividade empreendidos pela Análise do Discurso. Ambos os conteúdos, os pressupostos e os indícios do *ethos*, estão localizados, por assim dizer, na exterioridade dos enunciados e, assim, estabelecem um canal de acesso à subjetividade da enunciação.

No caso dos textos, orais e escritos, da jornalista Isabela Boscov para a revista *Veja*, o *ethos* do enunciador flerta com parte do imaginário feminista, e essa relação, parece-nos, está estabelecida, em parte, pelas informações subjetivas que os conteúdos pressupostos de textos como *A leoa no inverno*, sobre o filme *A Dama de Ferro*, permitem vislumbrar.

Em outras resenhas de Boscov, pudemos observar a maneira como certos verbos acionam pressupostos que “suavizam” a emissão de opiniões do enunciador ao mesmo tempo em que as protegem de possíveis contra-argumentos do ouvinte. Essas pressuposições estão, assim, marcadas na materialidade linguística dos enunciados por meio dos verbos destacados ao longo de nosso texto, e atuam, conforme já mencionado, como elementos de inserção do posicionamento crítico do enunciador em relação àquilo que enuncia, só que apresentado como reprodução do discurso alheio (um terceiro sujeito *pensa que, pretende que, acha que*). Além disso, a presença desses verbos salienta a formação do corpo do enunciador, que se insinua na trama dos enunciados por meio de estratégias que, uma vez identificadas, permitem

entrevier o *ethos* que reside no nível subjetivo, extradiscursivo da enunciação, a qual é fomentada por ele e, ao mesmo tempo, dá-lhe existência concreta.

REFERÊNCIAS

BOSCOV, Isabela. "A leoa no inverno". Revista *Veja*, 22 fev. 2012, p. 94-97. Disponível em: Acervo Digital *Veja* <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>>. Acesso em 17/03/2016.

BRANDÃO, Helena. H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

CANÇADO, Márcia. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. São Paulo: Pontes, 1987.

FIORIN, José Luiz. "A linguagem em uso". In: FIORIN, J.L. (Org.). *Introdução à Linguística. I. Objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. "A propósito do *ethos*". In: *Ethos discursivo*. MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Org.). São Paulo: Contexto, 2008.

MONTE JR., José Orlando Cardoso. "Ethos e discurso crítico". In: *Revista Versalete / Curso de Letras da Universidade Federal do Paraná*; editoração: Nylcéa T.S. Pedra e Sandra M. Stroparo, vol. 2, n. 2, jan.-jun. 2014, p. 64-76. Curitiba: UFPR, 2014.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. "A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas". In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

SAEED, John I. *Semantics*. 2. ed. Londres: Blackwell Publishing, 1997.